



RECENSÃO

Fascisti di un altro millennio?
Crisi e partecipazione in Casapound Italia,
de Matteo Albanese, Giorgia Buli,
Pietro Castelli Gattinara e Caterina Froio
por Riccardo Marchi

Análise Social, 214, I (1.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

R

ALBANESE, Matteo, BULLI, Giorgia,
 CASTELLI GATTINARA, Pietro e FROIO, Caterina
*Fascisti di un altro millennio? Crisi e partecipazione in CasaPound
 Italia*, Roma, Bonanno Editore, 2014, 152 pp.
 ISBN 9788863180121

Riccardo Marchi

Entre o último quartel do século XX e o princípio do século XXI, a extrema-direita europeia encetou vários percursos de renovação ao nível organizacional e ideológico. Entre estes percursos destaca-se o surgimento do identitarismo, ou seja, da corrente de pensamento centrada na defesa das identidades nacionais europeias contra o projeto multicultural alegadamente promovido, a nível nacional e europeu, pelas esquerdas progressistas, pelas direitas liberais, pelas organizações não-governamentais e pelas Igrejas. As ideias identitárias contaminaram um amplo leque de sujeitos na extrema-direita do espectro político: partidos, movimentos sociais, associações, grupúsculos sub-culturais. Na área extrapartidária, as duas experiências identitárias mais inovadoras em termos nacionais, e influentes de um ponto de vista transnacional, encontram-se em França e em Itália com o *Bloc Identitaire* e a *CasaPound*, respetivamente. Trata-se de duas organizações reconduzíveis à área definida por Roger Griffin (2003) como “*groupuscular radical-right*”, e que sempre mereceu uma atenção menor por parte da literatura científica comparativamente à área dos partidos políticos, sejam eles – segundo a conceitualização

de Piero Ignazi (2003) – da velha ou da nova extrema-direita.

A relevância do objeto e a escassez de estudos sobre esta matéria motivaram quatro investigadores italianos de ciência política e história a realizar um estudo de caso sobre a associação *CasaPound Italia* (CPI). Já fotografada por inúmeros trabalhos de cariz jornalístico, *CasaPound Italia* conquistou apenas recentemente a atenção dos académicos (di Nunzio e Toscano, 2011), sendo a monografia agora publicada a confirmação da centralidade da CPI para este campo de estudos. Os autores justificam a escolha deste objeto de análise com o facto de o caso CPI permitir ultrapassar as limitações que frequentemente inviabilizam o estudo dos grupos: a existência efémera, a exiguidade numérica dos militantes, a indisponibilidade para se exporem à investigação científica. A CPI, pelo contrário, conta já uma década de existência, representa um dos movimentos radicais mais consistentes na Europa ocidental, e apresenta-se bastante disponível, por razões de visibilidade, à colaboração também com o mundo académico. Perante estas condições favoráveis, a equipa de investigação aprontou uma metodologia atenta à triangulação dos dados para

garantir uma recolha exaustiva e uma análise aprofundada das dimensões escolhidas. Através da análise de conteúdo de vários *site* internet da rede de CPI foram mapeados todos os temas tratados pela organização, a importância hierárquica de cada um deles na agenda política e a sua tradução em práticas de mobilização. Estes dados quantitativos foram aprofundados através de 19 entrevistas em profundidade com dirigentes nacionais e locais da CPI e através da observação participante em dois momentos nacionais de relevo ocorridos em 2012. A apresentação dos dados está organizada em seis capítulos dedicados respetivamente à história da CPI, à sua ideologia, à organização e militância, às práticas de construção identitária e ao repertório de ações.

Logo à partida, os autores questionam a pertença da CPI à categoria dos partidos políticos populistas, assim como à dos movimentos sociais. Por um lado, apesar do discurso de protesto e antielitista, a CPI rejeita a minimização da dimensão ideológica e da militância de base típica dos novos partidos populistas e reivindica abertamente a matriz fascista e o ativismo de rua como aspeto central da *membership*. Por outro lado, a CPI rejeita a horizontalidade democrática dos movimentos sociais, pois a sua estrutura em rede é hierarquizada, a inscrição formalizada, a *leadership* e os “mediadores ideológicos” claramente identificados.

Organização híbrida entre institucionalização e movimentismo, a CPI apresenta fatores de inovação já na sua génese histórica e na organização. Surgida por iniciativa de um pequeno grupo de

militantes que, em 2004, ocuparam um edifício devoluto em Roma em protesto contra a especulação imobiliária, a CPI cria, em dez anos, uma realidade ramificada no território nacional e ativa em várias frentes: cultura, desporto, excursionismo, ambientalismo, proteção civil, voluntariado, associativismo estudantil e sindical. O próprio ato de fundação (a ocupação destinada à habitação) rompe com o repertório tradicional da extrema-direita e caracteriza a CPI por um *modus operandi* proativo traduzido em propostas legislativas concretas: *Mutuo Sociale* para garantir aos cidadãos o direito à propriedade da habitação, *Tempo di Essere Madri* para alargar os direitos à maternidade para as mulheres trabalhadoras, *Ferma Equitalia* para limitar a cobrança coerciva por parte do Estado das dívidas dos pequenos contribuintes. O mesmo pragmatismo é demonstrado também acerca de temas sensíveis como a imigração, que a CPI recusa por ser a forma do escravagismo moderno, e a homossexualidade, face à qual a CPI defende o reconhecimento das uniões de facto pelo Estado, mas recusa a equiparação ao casamento e o direito à adoção.

Sublinhados os pontos de rutura com a extrema-direita, os autores prestam atenção à maneira como o movimento enfrentou, nos últimos anos, a janela de oportunidades oferecida pela crise económica. O estudo revela aqui uma aproximação da CPI à estratégia clássica da extrema-direita europeia para capitalizar ao máximo as falhas da União Europeia, mas sempre com um cunho bastante próprio, que combina “um europeísmo

de princípio e um euroceticismo estratégico-eleitoral” (p. 110). Assim, o pedido de revisão dos tratados de Maastricht e Schengen é acompanhado pela proposta de protecionismo comercial da zona euro e de aproximação geoestratégica à Rússia. A convergência com a estratégia populista é evidenciada também pela decisão de concorrer às eleições. A análise da *performance* eleitoral da CPI é particularmente interessante porque evidencia como um indiscutível sucesso de *marketing* político não resulta necessariamente no plano eleitoral. Tendo ficado longe do 1% dos votos, a CPI não conquistou de todo o eleitorado de direita radical e, aliás, recaiu no espaço asfíxiante dos demais partidos neofascistas (*Forza Nuova* e *Fiamma Tricolore*), que tinha abandonado com as práticas inovadoras. Esta urgência eleitoralista pode ser adscrita à “incapacidade de formular estratégias de longo termo” (p. 139) atribuída pelos autores ao movimento.

O estudo aponta com frequência o fascismo como “referência irrenunciável” (p. 37) da CPI tanto nas formas de militâncias inspirada no *squadrisimo*, como no conteúdo das propostas económico-sociais inspiradas pela *Carta del Lavoro* (1927) e pelo *Manifesto di Verona* (1943). As análises propostas sobre a relação CPI-fascismo levantam algumas questões. Os autores apontam para o “ocultamento estratégico das dimensões mais desconfortáveis da ideologia fascista” (p. 45) por parte da CPI, que construiria, assim, um “fascismo *à la carte*” (p. 134) composto de temas selecionados instrumentalmente. Esta atitude parece-nos, pelo

contrário, perfeitamente fascista uma vez que o próprio movimento mussoliniano integrou “*à la carte*” o que lhe interessava das diferentes doutrinas políticas. Acerca do *squadrisimo*, o estudo revela como, no leque de táticas convencionais e não convencionais registadas na crescente mobilização de CPI, a violência ganha um papel preponderante, representando, segundo os autores, a modalidade de 35% das ações praticadas (p. 121). Posto que a CPI pertence a uma tradição política alheia à não-violência como princípio inspirador, a sua relação com a violência organizada teria merecido uma maior problematização que não a derivação, demasiado simplista, a partir de um fascismo histórico enraizado na “ideia de supremacia do mais forte sobre o mais fraco” (p. 59) e na “opressão como sistema social” (p. 88). Da mesma forma, a constatação que as referências da CPI ao fascismo movimento ocultam na verdade o fascínio em relação ao fascismo regime (p. 55) arrisca-se a desvirtuar mais uma inovação da CPI face ao neofascismo: a recusa da dicotomia do historiador Rendo de Felice, e a reivindicação do fascismo na sua inteireza de movimento e de regime.

Finalmente, uma última incompreensão deve ser assinalada acerca da utilização por parte da CPI de ícones da esquerda, esvaziados de significado, nomeadamente o de Che Guevara (pp. 77, 124). Na verdade, a CPI limita-se a reutilizar um ícone já presente na tradição de uma parte da direita radical desde os anos 60 e 70: o Che Guevara anti-imperialista e da ética guerreira

celebrado por Juan Peron no seu exílio em Espanha, por Jean Thiriart na sua *Jeune Europe*, por Jean Cau no seu *Une passion pour Che Guevara*.

Estes reparos acerca de aspetos relevantes para a compreensão do fenómeno CPI não inviabilizam o valor da obra cujas conclusões salientam aspetos importantes para a dinâmica dos movimentos radicais. Em particular, os autores realçam a discrepância entre o sucesso da CPI na conquista da comunicação social, graças à utilização eficaz das técnicas de *marketing* (*site*, *web-rádios*, *web-TV*, *media-ativismo*) e o fracasso total da estratégia eleitoral (p. 118). Este fracasso é sintomático do abrandamento na expansão do movimento. A causa deve ser identificada na incapacidade de maximizar as oportunidades políticas oferecidas e, mais propriamente, na limitação objetiva representada pela reivindicação da identidade fascista. Esta conclusão leva os autores a considerar que “a janela de oportunidade de que o grupo soube desfrutar parece ter-se parcialmente fechado” (pp. 136 e 138) e apresenta um bom potencial de generalização em relação aos demais movimentos da direita

radical ativos pelo menos na Europa ocidental. O estudo sobre a associação *CasaPound Italia* apresenta, assim, ótimo material para futuras investigações comparativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DI NUNZIO, D., TOSCANO, E. (2011), *Dentro e Fuori CasaPound*, Roma, Armando.
- GRIFFIN, R. (2003), “From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right”. *Patterns of Prejudice*, 37 (1), pp. 27-50.
- IGNAZI, P. (2003), *Extreme Right Parties in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press.

MARCHI, R. (2015), Recensão “*Fascisti di un altro millennio? Crisi e partecipazione in CasaPound Italia*”. M. Albanese, G. Bulli, P. Castelli Gattinara e C. Froio, Bonanno Editore, 2014”. *Análise Social*, 214, L (1.º), pp. 205-208.

Riccardo Marchi » riccardo.marchi@ics.ulisboa.pt
 » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencout, 9 — 1600-189, Lisboa, Portugal.
